



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo

CNPJ 46.151.718/0001-80

MANIFESTAÇÃO A RECURSO

Concorrência Eletrônica nº 09/2024

De acordo:

Prefeito

O Agente de Contratação e sua equipe de apoio, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, levar a Vosso conhecimento o(s) Recurso(s) Administrativo(s) referente(s) à fase de classificação, interposto(s) pela(s) Empresa(s) **ASF CONST. MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, relativo(s) à licitação realizada na modalidade numerada em epígrafe, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para execução da obra de Praça Pública localizada na área entre as Ruas Genésio Braz, Lucinda Borges Mancini e Antonio G. Magro (Área do Município, "Quadra B") - Residencial Prefeito Mário Crêm dos Santos, nesta cidade de Birigui-SP, conforme Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e demais documentos técnicos fornecidos pela Secretaria de Obras.

Em sessão pública realizada através da plataforma eletrônica "BLL Compras", após etapa de lances e, diligência efetuada para a primeira classificada apresentar sua proposta readequada no prazo de 01 (uma) hora, restou infrutífera e consequentemente sua desclassificação. Em ato contínuo, foi solicitada à sua classificada para apresentar sua proposta readequada no prazo também de 01 (uma) hora, tendo colocada na plataforma BLL fora do prazo concedido, gerando também sua desclassificação. Após, a terceira classificada foi notificada a apresentar sua proposta readequada com os documentos que acompanhe, que o fez e, após análise de tais documentos, bem como da documentação de habilitação, sagrou-se provisoriamente

vencedora a empresa Bazfe Engenharia Ltda. Em seguida, abriu-se prazo para a manifestação de intenção recursal, oportunidade na qual a empresa **ASF CONST. MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, manifestou sua intenção.

Outrossim, o prazo de 03(três) dias úteis para a apresentação dos memoriais fora concedido, tendo a empresa **ASF CONST. MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA** apresentado suas razões de recurso tempestivamente, alegando em síntese que: "no horário de 11:23:21 informou que estou anexando e aos 11:24:02 anexou finalmente os documentos solicitados, e a demora ocorreu tendo em vista que sua equipe técnica teve dificuldades técnicas que atrasaram ligeiramente o processo de anexação dos arquivos (fase upload). E que sua desclassificação ocorreu depois da informação que estava anexando.

Oportunamente, transcorrido o prazo para apresentação de razões de recurso, fora concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de contrarrazões, tendo a empresa **BAZFE ENGENHARIA LTDA**. manifestado a respeito, tempestivamente, defendendo que o edital no item 9.9 dispõe: "O agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo a ser estipulado, sob pena de não aceitação da proposta", podendo inclusive solicitar prorrogação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo. Alega que não foi cumprido a entrega da proposta readequada dentro do prazo acordado (11:20 hs) e nem solicitado prorrogação.

É o relatório.

Em sede das razões recursais e contrarrazões, as empresas apresentaram seus memoriais tempestivamente, restando a este Agente de Contratação nomeado através da Portaria nº 47 de 07 de maio de 2024, dar o devido recebimento e prosseguir com o julgamento.



Pois bem.

O agente de contratação ao proferir suas decisões respeita não apenas o princípio de vinculação ao Edital, mas também os demais princípios que norteiam os procedimentos licitatórios, entre os quais, os da legalidade, da vinculação ao edital, segurança jurídica, isonomia e ampla concorrência..

Compete ao Agente de Contratação, meramente a formalidade de tramitar todo o processo administrativo da licitação, tendo suas decisões embasadas nas documentações trazidas aos autos, bem como deliberações dos responsáveis técnicos, como o caso.

Em que pese a alegação e pedido de classificação formulado pela empresa **ASF CONST. MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, pelo fato de ter enviado todos os documentos solicitados às 11:23:21 antes do agente de contratação declarar desclassificada às 11:23:47, não procede.

O item 9.9 e o subitem 9.9.1 do Edital 51/2024 pertinente a Cláusula 9 – Da aceitabilidade da proposta vencedora, referente a presente Concorrência Eletrônica 09/2024, dispõe a seguinte regra:

“Cláusula 9. Da aceitabilidade da proposta vencedora.”

9.9 – O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo a ser estipulado**, sob pena de não aceitação da proposta.



9.9.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação.”

O Edital nenhum momento traz a faculdade em aceitar documento fora de prazo. O prazo acordado entre o agente de contratação e as licitantes “via chat” foi de 01 (uma) hora. Contudo, a recorrente teria que enviar os documentos solicitados até as 11:20 hs para a aceitabilidade de sua proposta e, assim mantê-la classificada, mas não o fez dentro do prazo.

O Edital traz a faculdade em solicitar prorrogação de prazo, porém a Recorrente também não usou de tal prerrogativa.

A Recorrente além de não pedir prorrogação de prazo, entregou documentação solicitada fora do prazo acordado, às 11:24:02 hs.

Por fim, a empresa classificada em terceiro lugar provisoriamente tida como vencedora apresentou, quando solicitado, toda a documentação exigida na fase classificatória de acordo com Instrumento Convocatório.

Resta, portanto, a obrigatoriedade da decisão proferida por este agente de contratação, ser mantida em classificar e aceitar a proposta readequada apresentada pela terceira classificada, vencedora do certame, BAZFE ENGENHARIA LTDA e nem conhecer os documentos encaminhados fora do prazo pela Recorrente.

A título de argumentação, necessário informar que o sistema BLL não apresentou inconsistências durante a sessão.



Nos termos do princípio basilar da vinculação ao instrumento convocatório, a Recorrente não atendeu integralmente as regras editalícias, sendo dever deste agente de contratação mantê-la desclassificada no presente certame, com fundamento no art. 5º da Lei Federal 14.133/2021.

O art. 5º da Lei Federal 14.133/2021 dispõe:

“Art. 5º - Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

A observância dos princípios que norteiam as licitações em geral, especificamente os da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, é essencial para o resguardo do interesse público.

Em outros termos, a adstrição às normas editalícias restringe a atuação da administração, impondo-lhe a desclassificação de licitantes que descumpre as exigências previamente estabelecida no ato normativo.

Portanto, o princípio da vinculação ao edital prega que todos os licitantes devem obedecer rigorosamente às disposições do edital em todos os seus termos, sem exceções. Em outras palavras, os licitantes estão vinculados ao que está previamente disposto no documento oficial da licitação, pois ele vai servir como parâmetro para todas as etapas do processo.



CONCLUSÃO

Por conseguinte, este agente de contratação, apreciando as razões e contrarrazões recursais, decide conhecer o recurso interposto, porém, no seu mérito, julgar pelo não provimento no sentido de RATIFICAR o julgamento já proferido CLASSIFICANDO, HABILITANDO E DECLARANDO VENCEDORA a empresa BAZFE ENGENHARIA LTDA. por atender as exigências editalícias e referida decisão encontrar-se respaldada na Lei Federal 14.133/21.

S.M.J., opina-se pelo prosseguimento do certame, encaminhando-se os autos à Divisão de Compras, Licitações e Gestão de Contratos, para as providências cabíveis.

Birigui, 20 de junho de 2.024.


LUCIANI GOMES MENDONÇA PADOVAN
Agente de Contratação